



Pilar García Negro: “O expediente grave que temos entre mans é, como afirmava Ricardo Carvalho Calero, conseguir o uso do galego para tudo”

13 de Fevereiro de 2021

<https://pgl.gal/pilar-garcia-negro-o-expediente-grave-que-temos-entre-mans-e-como-afirmava-ricardo-carvalho-calero-conseguir-o-uso-do-galego-para-tudo/>

Neste 2021 cumprem-se 40 anos desde que o galego passou a ser considerado língua co-oficial na Galiza, passando a ter um status legal que permitiria sair dos espaços informais e íntimos aos que fora relegada pola ditadura franquista. Para analisarmos este período, iremos realizar ao longo de todo o ano umha série de entrevistas a diferentes agentes sociais para darem-nos a sua avaliação a respeito do processo, e também abrir possíveis novas vias de intervenção para o futuro. Desta volta entrevistamos a escritora e sociolinguista Pilar Garcia Negro.

Qual foi a melhor iniciativa nestes quarenta anos para melhorar o status do galego?

Permitam-me, antes de mais, umha pontualização: nom é adequado falarmos de “oficialidade” do galego e, portanto, do 40º aniversário da mesma. Tal efeméride, neste 2021, leva-nos à promulgação de umha lei orgânica espanhola, o “Estatuto de Autonomia da Galiza” (Abril 1981), dependente, a fortiori, da Constituição aprovada e promulgada em 1978. O que em ambos textos legais se permite é um regime de cooficialidade. A tal cooficialidade (verbal, terminológica) nem sequer é real, quer na sua modalidade territorial, quer como direito pessoal. E nom existe, como exercício possível, porque a supremacia da língua oficial do Estado, o espanhol, elimina de raiz qualquer possibilidade de igualdade ou de equiparação legal.

As melhores iniciativas (em plural) para melhorarem o status do galego nascerom (des)de abaixo, quer dizer, do mesmo povo galego organizado em diferentes porções políticas, sindicais ou associativas. Reluzem de jeito singular a atividade, propostas, denúncias de incumprimento de mínimos legais e relações internacionais, da [Mesa pola Normalización Lingüística](#). O grande paradoxo-drama é que levamos décadas acumuladas dumha actuação governamental-“juntística” que agita com frequência o cocktail da passividade-indiferença-hostilidade-agressom no tratamento sociopolítico da língua galega, com particular ênfase negativa na última década, onde se chegou a conceituar o galego como “barreira” ou a proibi-lo, diretamente, em várias disciplinas do temário escolar.

Se pudesses recuar no tempo, que mudarias para que a situação na atualidade fosse melhor?

Várias cousas. A principal: a utilização da cativa (no duplo sentido) legislação e competências autonómicas a prol do galego, para o fazer mais visível e audível socialmente; para ir conquistando e consolidando espaços de uso público; para lhe procurar associações novas e rupturistas; para soldar sentimentos de galeguidade tradicional com pensamentos e atos de galeguidade consciente. Também mudaria táticas de sociopedagogia, que, se calhar, utilizamos com a melhor intenção mas sem a devida inteligência. E, por suposto, encareceria muito mais a necessidade dumha nova didática no ensino da língua, no ensino em geral, e na procura de usos nom redundantes ou consabidos (literatura, efemérides...).

Que haveria que mudar a partir de agora para tentar minimizar e reverter a perda de falantes?

A resposta a esta pergunta bem compreendedes que ocuparia um tempo e um espaço de que nom dispomos nem vós nem eu. Em síntese apurada: do ponto de vista oficial, cumpriria fazer justamente tudo o contrário do que se fijo: cortar as constantes lições diglósicas; utilizar toda a megafonia da rádio e da televisão públicas para normalizar-prestigiar o idioma; programar mínimos de uso (incrementáveis de ano em ano) no ensino regrado, em todas as disciplinas e níveis; generalizar o uso do galego em todas as instituições públicas e em todas as competências; associar cada euro público ao uso da língua previsto como tal (de jeito clamoroso nos meios de comunicação, mas, igualmente, em contratos, nóminas, subvenções, subsídios de todo tipo, patrocínios...); converter, enfim, o assunto do idioma galego em assunto político de primeira ordem, sempre em aliança e colaboração estreita com todas as entidades sociais e de base ativas no trabalho de normalização da língua galega.

Achas que seria possível que a nossa língua tivesse duas normas oficiais, uma similar à atual e outra ligada com as suas variedades internacionais?

Neste ponto som partidária do seguinte. Umha “injeção” constante e mantida, entre nós, de textos em português, em qualquer das suas nacionalidades de procedência e no sentido mais amplo de “textos”: literários, científicos, jornalísticos, radiais, televisivos, artísticos, musicais, audiovisuais, cinematográficos. Tal estratégia visa familiarizar-nos devidamente com o nosso consanguíneo e devera ir acompanhada dumha campanha “diplomática” igualmente constante e sustida no tempo de introdução e promoção da produção cultural galega em Portugal e demais países de língua portuguesa. Temos (algumhas, alguns) idade dabondo como para lembrarmo-nos de um relacionamento Galiza-Portugal (e vice versa) –a despeito de pretensos progressos e “desaparecimento” de fronteiras– muito mais fluído e intenso há décadas (tardofranquismo incluído). Assemade, som partidária de o galego incorporar (nom vetar, portanto, nem limitar) todas aquelas formas lexicais e fraseológicas que o português pudo desenvolver modernamente e que ajudem a galeguizar o próprio galego e a limpá-lo dos elementos contaminantes procedentes da língua oficial do Estado, o espanhol, tam naturalizados na fala galega atual.

Tudo isto leva ou levará tempo. Nom existem os automatismos nem a magia. Por isso falamos de ação continuada no tempo, vinculada ao reconhecimento de povos, de nações com direito a sermo-lo, nom como porções de Estados ou de um mundo global que nos nega. Cuido que o proposto arriba é mais importante e efetivo que o denominado binormativismo. De por parte, cumpriria definir bem os objetivos da nossa luta linguística, da nossa atividade e da nossa propaganda. Por exemplo: para definir o português (europeu e/ou mundial) como variedade internacional do galego, precisaria-se que este, para começar, existisse como matriz, como genética daquel seu desenvolvimento histórico e territorial, quer dizer, que exista como sujeito

linguístico reconhecido como tal e identificador dumha nação chamada Galiza e dum povo e umha sociedade galegos. Se nom, movemo-nos no terreno do simbólico (desprovido de conteúdo real), na compensação verbal ou na satisfação por umha assunção retórica. O exemplo mais claro, por cínico, temo-lo na utilização das bondades da “lusofonia” por parte de autoridades autonómicas ou a menção dumha lei como a Paz Andrade que é umha entelêquia sem desenvolver normativamente nem aplicar.

De por parte, cuido que por vezes se aplica à língua umha série abusiva de metonímias: a conversão dela em gramática, a da gramática em ortografia e a da ortografia em código normativo. Quero significar com isto que a imagem gráfica tem toda a importância para a própria identidade dumha língua, mas nom é a língua. A nossa, a galega, deve melhorar muitíssimo em recuperação de vocabulário genuíno perdido; em adopção de formas históricas adaptáveis; em muito maior conhecimento da produção escrita-literária; em diálogo, por suposto, com as outras variedades do sistema. Som todas as subestruturas da língua as que cumpre desespanholizar, limpar de aderências espúrias: a fonética-fonologia; a morfossintaxe; a semântica-lexical. Tudo o que for típico galego (com tal de que seja galego, nom castrapo, claro está) nom deve ser rejeitado se nom coincidir com outros padrões do comum sistema. A ninguém sensato se lhe ocorreria proscrever formas-fórmulas familiares ao português do Brasil ou de Angola pelo facto de nom existirem em Portugal, como ninguém excluirá formas habituais do espanhol da Argentina ou de qualquer outro lugar do mundo por nom coincidirem com as castelhanas ou espanholas. Neste painel de línguas de amplíssima territorialidade, cumpre incluir onde corresponde o galego, no seu sistema histórico-genético-tipológico, o galego-português, e reconhece-lo como tal, como matriz do mesmo, nom como crioulo ou “fotocópia” ruim das variantes com Estado detrás. Para fazer certa esta pertença, é preciso, como necessidade premente e urgente, fortalecer o próprio galego.

Em resumo: ou agimos para frenar a acelerada minguagem do galego no seu uso tradicional e para o normalizar em todos os âmbitos de que falta, com particular ênfase na necessidade de o fazer visível na escrita, ou inscrevemo-nos num mantimento biográfico-endogâmico que nada soluciona, por estático e sem efeito multiplicador. Escuso aclarar que chamo GALEGO (oral, escrito) a qualquer das suas possibilidades territoriais. Ora bem, em metáfora biológica, que as filhas ou filhos (o português no país vizinho e no mundo) vivam normalmente, com todas as prestações que umha língua deve possuir, nom soluciona per se, por milagre ou magia, que a mãe (o galego) tenha boa qualidade de vida. Insisto, é metáfora: as línguas nom vivem ou morrem. Usam-se ou desusam-se e finam (residualizam-se ou ritualizam-se).

O expediente grave que temos entre mãos é, como afirmava com a sua proverbial sapiência Ricardo Carvalho Calero, conseguir o uso do galego para tudo. Para o galego viver, deve sobreviver, se o sintetizamos de novo com palavras suas. Eu, que del fum aluna e por el considerada discípula, partilho umha posição ao respeito como a por el explicada e expressada em tantas ocasiões, sempre atenta, nas suas inovações, à receptividade social, a umha boa didática sociopolítica e cultural e, desde logo, à admisão, em livre existência, de todas as modalidades de galego, algo, por certo, que pratica com toda a naturalidade o único jornal existente em galego, o diário Nós, que fai um ano neste início de 2021 e que recolhe, com invejável equanimidade, manifestações bem variadas do debate linguístico.

[Este texto foi adaptado ortograficamente pelo PGL com o permissão da autora. As suas respostas foram remetidas o dia 2/01/2021]